

“CULTURAS POLÍTICAS, AUTORITARISMOS E HISTORICIDADE”: UMA ENTREVISTA COM RODRIGO PATTO SÁ MOTTA

LEANDRO PEREIRA GONÇALVES*
ODILON CALDEIRA NETO**

O estudo das culturas políticas apresenta uma amplitude de reflexões, sendo que nos últimos anos, com o desenvolvimento de pesquisas com base nesse viés, a historiografia passou a esclarecer e compreender aspectos em torno do político, que antes não eram reconhecidos, muitas vezes, como propriamente objetos da história do político. Com origem na ciência política, a cultura política foi largamente difundida e apropriada a partir dos célebres trabalhos de Gabriel Almond e Sidney Verba, notadamente em *The Civic Culture* (1963).

No campo historiográfico, a abordagem é relativamente recente, sendo que apenas na década de 1990 um grupo de historiadores franceses buscava a apropriação do conceito. Após a circulação de textos de autores como Serge Berstein e Jean-François Sirinelli, tal perspectiva passou a ser elemento de discussão na historiografia brasileira. Não restam dúvidas que Rodrigo Patto Sá Motta, professor titular do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), é o pesquisador que mais contribuiu para a difusão do conceito e aplicação metodológica nos estudos recentes.¹

* Professor adjunto da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com estágio no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa) e com pós-doutoramento pela Universidad Nacional de Córdoba (Centro de Estudios Avanzados/Argentina).

** Pesquisador de Pós-doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com estágio doutoral no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa).

¹ Doutor em História pela Universidade de São Paulo. Realizou estudos de pós-doutorado e atuou como professor pesquisador visitante na Universidade de Maryland. Atuou como professor visitante na Universidad de Santiago de Chile, na

Autor de diversas obras desde os anos 1990 (MOTTA, 1996), Rodrigo Patto Sá Motta² se dedica aos estudos das culturas políticas, demonstrando o impacto do “giro culturalista” no bojo da renovação da história política, notadamente no caso brasileiro. Esse é um fenômeno facilmente constatável, a julgar pela criação de Linhas de Pesquisa relacionadas ao tema em Programas de Pós-Graduação, assim como pelo avanço de publicações disponibilizadas em diversos repositórios. No entanto, como sinaliza o autor, tratar o conceito de cultura política (e a própria história política renovada) como algo novo nos domínios historiográficos parece despropositado em alguns aspectos. Isso porque, por exemplo, a “velha” história política de fato nunca morreu ou desapareceu, sobretudo em se tratando dos objetos mais *tradicionais* desse domínio historiográfico. Além disso, em certa medida, a discussão contempla em muito uma tradição de historiografia francófona que, a despeito da larga influência na historiografia brasileira, coexiste com tantas outras correntes interpretativas que se dedicam há anos aos temas da história política. Por fim, essas diversas tradições historiográficas também se interessam, em seus termos, pelas dimensões de encontro entre política e cultura.³

De qualquer maneira, nos anos mais recentes, o conceitual da cultura política, assim como seus objetos de pesquisa, têm se fortalecido. Esse fortalecimento, no entanto, não pode ser entendido apenas como resultado da busca por novos objetos de pesquisa por historiadores e historiadoras. A dimensão cultural da política, mais que a possibilidade de novos objetos, passa por dois pontos essenciais que se cruzam na tentativa de observar o político para além das “espumas” dos eventos.

O primeiro ponto é o fato de interpretar que as relações

Universidad Nacional de Colombia e no IHEAL da Universidade de Paris III (Cátedra Simón Bolívar). Pesquisador CNPq, foi presidente da Associação Nacional de História (ANPUH) e copresidente da Seção História Recente e Memória da Latin American Studies Association.

² Dentre suas várias publicações relevantes e alicerçadas no conceitual de cultura política, estão: *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil* (Perspectiva, 2002); *Jango e o golpe de 1964 na caricatura* (Zahar, 2006); e *As universidades e o regime militar* (Zahar, 2014). Destacam-se os trabalhos de orientações e pesquisas realizadas na UFMG, que geraram o livro *Culturas políticas na história: novos estudos* (Argumentvm, 2009; Fino Traço, 2014).

³ Por exemplo: MERGEL, Thomas. *História cultural da política*. Tradução de René Gertz. Disponível em: <https://renegertz.com/arquivos/baixar/Historia-Cultural-da-Politica.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2018.

sociais e os valores enraizados nas instâncias de socialização (da família à escola, dos órgãos de classes ao Estado) estão introjetados de imaginários, representações e signos que não se resumem exclusivamente ao imediatismo das vidas dos personagens e das organizações. O segundo leva em consideração que essas questões não são estruturas condicionantes ou tampouco rígidas, isto é, as culturas políticas não são formas fechadas de formatação da ação humana, assim como elas podem ser modificadas ao longo dos tempos, inclusive a partir da interação com outras instâncias de socialização ou das mudanças observadas nas sociedades ao longo dos tempos.

Dessa forma, ao levar em consideração a possibilidade de existência de uma dimensão de interseccionalidade entre cultura e estrutura, os estudos sobre as culturas políticas passam a interpretar diversos aspectos, como as largas historicidades de determinadas culturas políticas, as mutações observáveis ao longo do tempo, assim como as possibilidades de essas culturas políticas interagirem e modificarem o mundo material.

Outro fator de grande importância, e aqui reside um esforço de contribuição epistemológica de Rodrigo Patto Sá Motta, é a tentativa de compreender a possibilidade de existência de uma cultura política nacional, de certo modo genuína, que serve como matriz às diversas culturas políticas existentes. Essa matriz, contudo, não é apenas um foco de *permanência* e *conservação* (tal qual apontado por diversos críticos aos modelos de Almond e Verba), mas também uma espécie de referencial em que as diversas culturas políticas vão se embebedar, assim como tentar se modificar, seja intensificando ou reformulando aspectos dessa tradição.

Com base nessa interpretação, alia-se o entendimento de uma cultura política nacional com outras culturas políticas em disputa. Assim, Rodrigo Patto se dedica a compreender as ambivalências entre conflitos e resoluções na história brasileira, bem como se essas condições acabam impactando em ciclos autoritários e processos de mediação que não fomentam formas efetivas de contraste aos traumas do passado-presente.

Este nos parece, aliás, um dos desafios nos estudos das culturas políticas: trazer esse referencial teórico como instrumento para interpretar questões arraigadas nas formas de relação da sociedade civil, organizada ou não, como seus passados autoritários e excludentes, seja daqueles mais recentes ou que remetem à própria formação da nacionalidade. Afinal de contas, leva em

consideração que as manutenções de referenciais autoritários estão relacionadas a determinadas culturas políticas, assim como as formas como lidar com esses referenciais dizem respeito aos componentes centrais de uma cultura política em dimensão coletiva, inclusive nacional.

Com base nesse contexto, pensar sobre as dimensões nacionais de uma cultura política não exclui, necessariamente, as interpretações de culturas políticas em diversidade e em disputa. Essa é uma das grandes contribuições de Rodrigo Patto Sá Motta aos estudos da cultura política e das culturas políticas, que temos prazer de oferecer aos leitores de *Historiæ*.

Leandro Pereira Gonçalves e Odilon Caldeira Neto – No âmbito das renovações e disputas nos domínios historiográficos, a história política vivenciou um período de significativo ocaso. Quais são algumas das pistas para esse declínio? Envolvem a dinâmica da própria historiografia ou leva em consideração as mudanças sociais e a “crise das ideologias”?

Rodrigo Patto Sá Motta – Em primeiro lugar, deve ser dito que o declínio da história política não ocorreu com a mesma intensidade em todos os lugares. O modelo clássico foi a França, em que a ocorrência de tal declínio é comprovada pelas estatísticas de produção historiográfica, mas, em outros países, a história política não decaiu no mesmo ritmo. Desse modo, a ideia de que teria havido um “retorno” da história política nos anos 1980-90 pode ser equívoca. De qualquer modo, houve de fato um declínio relativo na importância da história política pelo simples fato de que outras abordagens (ou subáreas) foram sendo desenvolvidas durante o século XX, tornando mais rica e complexa a produção historiográfica. A explicação passa por vários fatores, entre eles o desenvolvimento das ciências sociais (sociologia, ciência política, antropologia e a economia) e seu impacto sobre os historiadores, a afirmação da democracia e o aumento da participação social nas decisões políticas (colocando em crise a visão política tradicionalmente elitista) e a intensidade do desenvolvimento econômico em certos momentos do século XX (e seus momentos de crise) produzindo a sensação de que a lógica econômica presidiria os destinos da humanidade. Portanto, nas primeiras décadas do século passado, emergiu a sensação de que a história política tradicional era incapaz sozinha de responder às necessidades de conhecimento, e por aí se desenvolveram a história econômica,

social, cultural etc. Porém, no momento seguinte, a história política começou a ser renovada em termos de enfoques, de aportes teóricos e de temas, com isso ganhou espaço a chamada história cultural do político e, paralelamente, o interesse pela aplicação da categoria cultura política à historiografia.

LPG-OCN – Do surgimento da noção de cultura política na Ciência Política até as discussões no campo historiográfico houve um longo itinerário. A seu ver, quais são as principais contribuições desse aporte na historiografia, assim como para a renovação da história política e da história cultural?

RPSM – A força de atração exercida pela categoria cultura política em anos recentes deveu-se, principalmente, à força do paradigma culturalista. Em outros momentos, a política, a economia ou os fatores sociológicos assumiram o papel de explicação última para os processos históricos, mas em período recente a cultura tendeu a ocupar esse lugar. Enfoques voltados para o estudo das culturas políticas na história abriram novas perspectivas de interpretação dos fenômenos políticos, a partir de viés pouco contemplado pelas abordagens clássicas. As possibilidades abertas pelas investigações que enfocam as culturas políticas são amplas e férteis e apenas recentemente começaram a ser exploradas pela historiografia brasileira. Estudos inspirados por esse campo conceitual permitem compreensão mais rica e sofisticada do comportamento político, indo além da tradicional ênfase no interesse material e na adesão a ideias como fatores motivadores. A análise de fatores culturais como valores, crenças, normas e representações contribui para esclarecer e compreender as múltiplas facetas do político. Essa perspectiva de análise é capaz de lançar luz sobre aspectos importantes das configurações históricas do político, propiciando a compreensão acerca da persistência de algumas atitudes e fidelidades políticas. Sem a intenção de opor à escolha racional um paradigma culturalista, os estudos dedicados às culturas políticas revelam outras dimensões explicativas para os fenômenos políticos, como a força dos sentimentos (paixões, medo), a fidelidade a tradições (família, religião) e a adesão a valores (moral, honra, patriotismo). Portanto, o principal aporte oferecido pela categoria cultura política é estimular pesquisas que explorem as conexões entre fenômenos culturais e políticos, sobretudo a partir de ênfase analítica que percebe o impacto dos fatores culturais sobre a política – e sobre o “político” –, sendo esta flexão de gênero utilizada exatamente para

indicar uma ampliação de sentidos para além da compreensão tradicional da política, com o político incorporando também os imaginários e as representações. A relevância desse tipo de enfoque ficou demonstrada no atual contexto político brasileiro, como será comentado na última pergunta.

LPG-OCN – No seu livro *Jango e o golpe de 1964 na caricatura* e em outros estudos que realizou sobre o tema, é possível notar um grande empenho da diversificação analítica e interpretativa. De que maneira existe a influência da noção de cultura política na utilização de fontes diversificadas e como o estudo sobre a representação e os imaginários políticos aprofundam essa relação?

RPSM – A utilização de registros visuais como fontes e mesmo como objetos de pesquisa decorre da influência do paradigma culturalista mencionado há pouco, em que se nota influência tanto do conceito cultura política quanto, de maneira mais ampla, da história cultural do político como um todo. A inspiração teórica para estudar as imagens visuais deve-se à tentativa de compreender melhor como o debate político se manifesta por meio de diferentes suportes, o que incide tanto em termos de produção de novos argumentos políticos quanto nas estratégias para ampliar a disseminação de tais mensagens. Por exemplo, em países com escassa cultura letrada, o impacto popular da circulação de imagens pode ser ainda maior do que em outros mais ligados à tradição de leitura de textos escritos. No caso particular das caricaturas, além disso, interessou-me explorar os recursos políticos que esse tipo de imagem pode mobilizar, como o humor, a comicidade e o grotesco, elementos que contribuem não só para disseminar mensagens políticas como para construir ataques poderosos contra adversários (ainda que certas caricaturas mais suaves possam, ao contrário, humanizar e tornar mais populares certas personagens políticas). No entanto, em tais estudos, acho importante não confundir o conceito/categoria cultura política com o campo da história cultural do político. Por exemplo, é comum entre os partidos políticos o uso de símbolos e outras manifestações de linguagem visual em suas campanhas, para comunicar mensagens aos eleitores, mas isso não implica sempre a filiação a alguma cultura política. Portanto, para os que se aventuram no campo da história cultural do político, é preciso atenção para não confundir imaginário político com cultura política.

LPG-OCN – Mesmo no âmbito da historiografia da política, a noção de culturas políticas não está alheia a críticas. Seja em termos de

maleabilidade/flexibilidade, ou mesmo pela aplicação pouco criteriosa (em que culturas políticas mesclam-se a noções como imaginários e representações), até onde essas críticas são válidas ou é possível respondê-las?

RPSM – Sempre houve polêmicas envolvendo cultura política, sobretudo entre as próprias ciências sociais que construíram o conceito. No caso da historiografia, as polêmicas tendem a se concentrar em alguns pontos: critica-se a imprecisão de alguns pesquisadores quando usam cultura política, confundindo-a com outros fenômenos próximos, como imaginário, por exemplo; aponta-se a dificuldade de comprovar a existência do fenômeno e o risco de, ao usá-lo, adotarmos visão conservadora sobre a história; finalmente, há quem aceite o termo apenas em matriz pluralista (comunismo, liberalismo etc.) e recuse a sua utilização para referir-se a espaços nacionais. No primeiro caso, a crítica é correta, eu mesmo apontei isso em textos anteriores, chamando a atenção para o risco de que cultura política, ao tornar-se um termo de moda, gerou estímulo para apropriações ligeiras. Quanto ao terceiro ponto, a melhor resposta é que não existem razões plausíveis para aceitar a existência de cultura política comunista, por exemplo, e recusar a possibilidade de uma cultura política brasileira. Claro que a ideia não é supor um fenômeno atávico e que todos os integrantes de uma mesma sociedade necessariamente comportam-se ou pensam do mesmo modo. E tampouco encarar cultura política como um fenômeno imóvel e eterno, desconsiderando as mudanças que podem ocorrer em momentos críticos. O suposto é que existem padrões dominantes que influenciam a maioria dos integrantes daquele grupo social. Se todos admitem a existência de culturas nacionais, por que não aceitar a hipótese de que podem existir as respectivas culturas políticas? Claro que certos elementos serão encontráveis em mais de uma cultura política (por exemplo, o personalismo), mas a originalidade estará na combinação diferente de elementos que caracterizará cada caso. Quanto à segunda objeção, a resposta é mais complexa e já tratei um pouco o tema em outro texto, que recomendo aos interessados (MOTTA, 2018).

LPG-OCN – Em que sentido a noção de culturas políticas auxilia a compreender os regimes autoritários, em especial no Brasil e na América Latina, assim como o retorno das tentações autoritárias e antidemocráticas?

RPSM – Como o conceito cultura política implica a existência de valores e comportamentos arraigados, enraizados, a sua utilidade no caso da análise dos fenômenos autoritários está em ajudar a compreender as razões da sua recorrência. Podemos considerar que alguns desses comportamentos e valores arraigados continuam a se manifestar no cenário político brasileiro, como a desconfiança em relação às instituições e a tendência ao personalismo (acreditar em e seguir grandes líderes carismáticos), a inclinação pelo apoio a lideranças autoritárias em momentos de crise, o medo a mudanças sociais que permitam a ascensão dos mais pobres e a consequente redução da distância em relação ao mundo das classes médias tradicionais. E a recorrente mobilização do anticomunismo para expressar medos de natureza conservadora (da mudança social, das forças populares e de esquerda), mais uma vez presente no cenário político brasileiro e provocando importantes consequências. Claro que existem tendências globais afetando vários países, certos elementos são comuns a outras regiões e não exclusividades do Brasil, como a maré conservadora e a crise das instituições políticas tradicionais. Nosso país não é uma jabuticaba, como muitos observadores gostam de destacar. No entanto, meu interesse maior é compreender as peculiaridades históricas do Brasil, o que é mais fácil obter partindo de olhares comparativos-conectados. De certo modo, o historiador está sempre tentando encontrar a “jabuticaba”. Voltando ao quadro atual, nas eleições de 2018⁴ e na mobilização política em torno dela, nota-se claramente o impacto de fatores culturais e de sentimentos determinando as atitudes de muitas pessoas, como o medo, a esperança, o ódio e a fé religiosa, que muitas vezes se sobrepuseram a identidades de classe ou a interesses materiais imediatos. Além disso, no Brasil recente ficou claro que as dificuldades tradicionais para a consolidação de cultura e instituições democráticas não foram superadas, sendo que mais uma vez a sensação de crise e a desconfiança em relação às instituições trouxe de volta a inclinação a recorrer aos militares e à religião como forças garantidoras da ordem.

Um ponto importante, a meu ver, nas pesquisas sobre cultura política brasileira é o tema da conciliação-acomodação, a que dediquei alguma reflexão em textos já publicados. A gravidade da crise política atual pode levar a uma quebra de paradigmas e ao abandono do velho esquema conciliatório tradicionalmente marcante

⁴ Nota dos entrevistadores: a entrevista foi realizada antes do processo eleitoral de 2018.

no Brasil, que incidia especialmente em arranjos internos aos grupos dirigentes, voltados para a exclusão política da maioria da população em nome da ordem e da estabilidade, com base na negação da existência de conflitos e em discursos sobre o caráter pacífico dos brasileiros. Pode ser que a partir de agora os conflitos políticos venham se processar de maneira mais clara, mais aguda, sem que o recurso aos “acordões” de cúpula tenham eficácia política. Em breve saberemos.

Mesmo assim, o impacto de acomodações anteriores ainda se faz sentir, sobretudo no que toca aos resultados da nossa transição “democrática”. Em texto publicado anos atrás fiz a seguinte reflexão, com base em dúvidas sobre os resultados das diferentes tradições políticas argentina e brasileira, que contribuíram para modelos alternativos de saída das ditaduras militares: “Uma digressão: a conciliação à brasileira traz mais vantagens ou desvantagens? Considerando o saldo positivo, é mais fácil passar de um regime a outro, com menos violência e ódio, menores traumas a administrar; portanto, há terreno mais fácil para abrir caminho à mudança. Porém, olhando pelo outro prisma, alguns problemas tendem a não ser resolvidos, e sim postergados para um futuro indefinido. No que tange ao período ditatorial, o melhor é perdoar, e com isso evitar novos traumas (pense-se nos levantes dos caras pintadas na Argentina em resposta às punições aos militares pelo governo Alfonsín), ou punir culpados e com isso desestruturar os grupos que tomaram parte na repressão? Qual o melhor caminho para superar o autoritarismo e consolidar a democracia?”

Analisando o tema pelo prisma atual, parece óbvio que o modelo de transição à base de acomodação nos legou uma “democracia” incompleta, frágil em excesso por não ter enfrentado a herança da ditadura e exposto os seus males com maior clareza, o que demandaria uma submissão mais clara da corporação militar às instituições democráticas pela via do repúdio (e do arrependimento) ao papel que desempenharam na construção da ditadura.

REFERÊNCIAS

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. *The Civic Culture: Political attitudes and democracy in five nations*: Princeton, Princeton University Press, 1963.

MERGEL, Thomas. *História cultural da política*. Tradução de René Gertz. Disponível em: <https://renegertz.com/arquivos/baixar/Historia-Cultural-da-Politica.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2018.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar*. Cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 109- 137, jan./mar. 2018.

_____. *Culturas Políticas na História: Novos Estudos*. 1. ed. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

_____. *Culturas políticas na História: novos estudos*. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

_____. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

_____. *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

_____. O conceito de cultura política. In: Encontro Regional da ANPUHMG, X, 1996, Mariana. *LPH: Revista de História*. Ouro Preto, v. 6, p. 83-91.

Recebido em 01.11.2018

Aprovado em 02.12.2018